

## PARA ALÉM DA ALIMENTAÇÃO: PAPÉIS E SIGNIFICADOS DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR<sup>1</sup>

Catia Grisa<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo discute os papéis que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar. Busca-se argumentar que esta produção é um dos fatores explicativos da condição socioeconômica das unidades familiares e configura uma estratégia de fortalecimento da autonomia da agricultura familiar. Vale-se da pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade” (UFRGS/UFPel/CNPq-2003) que propiciou a formação de um banco de dados sobre a dinâmica da agricultura familiar em quatro regiões da geografia gaúcha, suas fontes e tipos de renda, entre estas o autoconsumo. Foram aplicados 238 questionários e realizadas 35 entrevistas semi-estruturadas. Os resultados apontam que a produção para autoconsumo contribui para a segurança alimentar e a internalização de recursos e tarefas; é uma estratégia de diversificação dos meios de vida e, assim, corrobora para a estabilidade socioeconômica; permite economizar recursos financeiros e potencializar outros ociosos; restabelece a co-produção entre homem, trabalho e natureza; atende ao consumo familiar e pode se tornar valor de troca devido a marca da alternatividade; promove a sociabilidade e; relaciona-se com a identidade dos agricultores. Assim, além de alimentos, a produção para autoconsumo também “produz” autonomia para a agricultura familiar.

**Palavras-chave:** produção para autoconsumo; agricultura familiar; autonomia

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de trabalho desenvolvido como dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) – Grisa (2007).

<sup>2</sup> Engenheira Agrônoma e Mestre em Desenvolvimento Rural. Contato: Rua do Riachuelo, nº 119, Ap 421, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20230-010. E-mail: catiagrisa@yahoo.com.br

## **BEYOND THE FEEDING: ROLES AND MEANINGS OF THE SELF-CONSUMPTION PRODUCTION IN THE FAMILY FARM**

### **Abstract**

The article discusses the roles that the self-consumption production plays in family farm. It is argued that self-consumption production is one of the responsible factors of the social and economic condition of the familiar units and configure one strategy to strengthen the autonomy of family farm. The paper used the database of “Family Farm, Local Development and Pluriactivity” (UFRGS/UFPel/CNPq-2003) research project about the dynamics of family farm in four regions of Rio Grande do Sul, and your sources and types of income, between these the self-consumption. In the research were applied 238 questionnaires and 35 semi-opened interviews. The results point that self-consumption production contributes in food security and internalization of resources and tasks; it is strategy of livelihoods diversification and, thus, it corroborate to social and economic stability; it allows to save financial resources and to use other idle; it reestablishes the co-production between man, work and nature; on account of the alternativity, it takes care of the familiar consumption and it can become exchange value; it promotes sociability and; it is related with the identity of the family farms. Therefore, beyond foods, the self-consumption production also produce autonomy to family farm.

**Key-words:** self-consumption production; family farm; autonomy

### **1. Introdução**

As últimas décadas marcam um período de intensas transformações técnico-produtivas no meio rural brasileiro. Em curto espaço de tempo, instrumentos de trabalho e insumos tradicionais foram substituídos por inovações que “modernizaram” a agricultura. À medida que estas se intensificaram foi minimizada a base endógena de recursos controlada pelas unidades familiares e a agricultura tornou-se uma atividade cada vez mais dependente de mercados à montante e à jusante. Seguindo Ploeg (1992; 2006), pode-se afirmar que estas transformações associam-se a um amplo processo de mercantilização da agricultura.

A incorporação da agricultura na “lógica dos mercados” fez com que o trabalho e os processos produtivos se organizassem cada vez mais

em função do aumento da capacidade de geração de valores de troca e, sobretudo, daqueles que possibilitam maior retorno financeiro em menor tempo. Os mercados tornam-se as principais estruturas sociais a condicionar as relações dos agricultores com os objetos e meios de trabalho. Igualmente, as relações sociais entre os agricultores e destes com outros atores sociais passam a ser mediadas pela forma social da mercadoria.

A regulação pelo mercado e pelas relações de preço é acentuada à medida que se vincula a uma crescente externalização dos processos de produção. Esta externalização é responsável pela transferência de recursos e tarefas que anteriormente eram desenvolvidos na e pela unidade produtiva, numa via de “reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida”, para o domínio de atores externos, numa forma de “reprodução dependente” (Ploeg, 1990). Objetos, instrumentos e progressivamente o próprio trabalho tornam-se mercadorias mobilizadas em diversos circuitos mercantis. A intensa dependência a fatores externos gera perda de autonomia para o processo (re)produtivo e incremento da vulnerabilidade social.

Segundo Ellis (1998; 2000), vulnerabilidade significa um elevado grau de sujeição a situações de risco e instabilidade, podendo comprometer a reprodução social das unidades familiares ou deixá-las mais propensas a insegurança alimentar. Outrossim, Chambers (1995) alude que vulnerabilidade significa exposição e desproteção. Exposição remete aos choques, tensões e riscos, e desproteção significa falha nos meios que permitiriam enfrentar a primeira. Em se tratando da mercantilização da agricultura, a exposição e a desproteção emergem justamente da especialização produtiva e da instabilidade dos mercados de commodities e vinculam-se ao grau de mercantilização e externalização das unidades de produção.

Neste contexto de mercantilização e externalização da agricultura, a produção para autoconsumo, ou produção de alimentos “pro gasto” como denominam os agricultores, também é afetada. Incitados a produzir mormente produtos comerciais, visíveis e sancionados pelo mercado, conforme ressalta Jean (1994), as unidades familiares vão diminuindo o tempo e o espaço dedicados ao trabalho invisível – a produção de alimentos para o seu consumo. Deste modo, como indicam alguns estudos, a produção “pro gasto” vem sendo reduzida ao longo dos anos (Menasche, 2007; Ramos, 2007), e a alimentação das famílias rurais cada vez mais tem

passado pelos mercados (Gazolla, 2004). Para Sacco dos Anjos (2003), esta “reconversão forçada” dos agricultores incitou a passagem de policultores para “tributários do regime monocultivo”, cingidos pela especialização produtiva e abandono do autoconsumo.

Contudo, a produção para autoconsumo é de suma relevância à reprodução social das unidades familiares. Autores clássicos das ciências sociais, como Chayanov (1974) e Wolf (1976), já destacavam a importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses. Similarmente, alguns autores brasileiros também se dedicaram à temática, como Herédia (1979), Brandão (1981), Garcia Jr. (1983; 1989), Woortmann e Woortmann (1997) e Cândido (2001 [1964]). Mais recentemente tem havido uma retomada de pesquisas sobre o tema, destacando principalmente a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar, minimização da pobreza rural, interfaces com a sociabilidade e a identidade social dos agricultores. Os trabalhos de Menasche (2007), Ramos (2007), Leite (2004), Gazolla (2004) e Santos e Ferrante (2003) são alguns exemplos.

Com o fito de contribuir com estes estudos, este trabalho traz como objetivo investigar os papéis que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar. Parte-se de um estudo comparativo do autoconsumo em quatro regiões do Rio Grande do Sul. A comparação possibilitará discutir a expressão destas funções em contextos que apresentam distintas dinâmicas de desenvolvimento. Pretende-se argumentar que, embora as diferenças regionais, o autoconsumo é um dos fatores explicativos da condição social e econômica das unidades familiares e configura-se como uma estratégia de fortalecimento da autonomia das mesmas, sendo a autonomia compreendida nos termos de Ploeg (1990) – um processo que confere às unidades familiares maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a reprodução social.

Serão apresentadas e discutidas sete funções que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar, quais sejam: manter a alimentação sob controle da unidade familiar (ao contrário de um processo de mercantilização/externalização) e contribuir para a segurança alimentar; diversificar os meios de vida; economizar recursos e potencializar o uso da força de trabalho e da terra; restabelecer a co-produção entre homem, trabalho e natureza; atender tanto a demanda das necessidades alimentares do grupo familiar como a necessidade de criação de valores de

troca por meio da alternatividade; promover a sociabilidade e; contribuir com a identidade social.

Este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. A seção seguinte apresenta a metodologia utilizada na pesquisa e explicita como foi mensurada a produção para autoconsumo. A terceira seção discute os papéis da produção para autoconsumo na agricultura familiar e suas interfaces com a autonomia das unidades familiares. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre a temática e os resultados alcançados.

## **2. A pesquisa e a mensuração da produção para autoconsumo**

Os resultados apresentados neste trabalho decorrem do projeto de pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”, desenvolvido em 2003, em parceria pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003)).

Esta pesquisa tinha o objetivo de compreender as dinâmicas da agricultura familiar, sobretudo no que se refere às condições de ocupação e as fontes de rendas, entre estas a renda oriunda da produção para autoconsumo. Para captar a diversidade desta categoria social, a pesquisa foi realizada em quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul – Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai. Em cada uma destas foi escolhido um município representativo das características regionais para aplicação de questionários, sendo os municípios, respectivamente, Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras (Figura 01). No total foram aplicados 238 questionários estruturados em 2003 e realizadas 35 entrevistas<sup>3</sup> em 2006.

Resumidamente pode-se caracterizar Veranópolis como um município que apresenta dinâmica de desenvolvimento endógeno, como denominou Schneider (2002; 2006). A economia é diversificada, arraigada na agricultura, indústria, comércio e turismo, e encontra no próprio ambiente

---

<sup>3</sup> Ao longo deste trabalho estão transcritos fragmentos dos discursos gravados, identificados pela letra “I” de informante, seguida do número da entrevista e pelas iniciais do nome do município (e.g. I 05, SM).

local os recursos (humanos, naturais, capital, etc.) para sua reprodução. Morro Redondo apresenta economia dependente do setor agroindustrial que passa por longa crise desde a abertura do mercado brasileiro às importações na década 1990. Por conseguinte, a agricultura oferece poucas perspectivas e fora deste setor também há escassas alternativas. Salvador das Missões e Três Palmeiras apresentam dinâmica de desenvolvimento concentrada nas atividades agrícolas, e aqui sobretudo no binômio trigo-soja, herança da modernização da agricultura. Em Salvador das Missões, a diversificação produtiva vem sendo resgatada em anos recentes. Em Três Palmeiras, a pobreza acentuada e a desigualdade de renda e riqueza intensificam e são intensificadas pela vulnerabilidade advinda do modelo de desenvolvimento produtivista adotado.

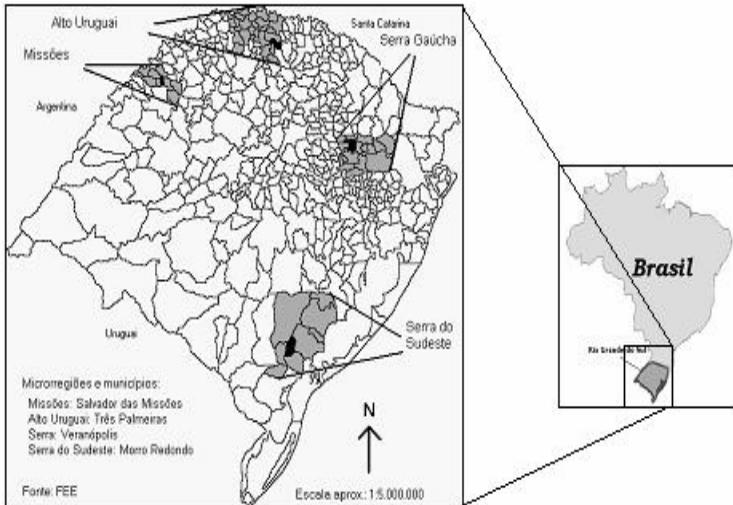


Figura 01: Localização das regiões e municípios estudados no Rio Grande do Sul e Brasil.

Fonte: FEE, 2006.

Com o propósito de tornar mais visível algumas das diferenças socioeconômicas entre os municípios, apresenta-se a Tabela 01 que contém indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) , a população total e rural, o Valor Adicionado Bruto (VAB) Total e agropecuário, entre outros.

Tabela 01: IDH-M, População Total, População Rural, VAB Total em reais (R\$) e outros indicadores referentes aos universos pesquisados.

Indicadores	Veranópolis	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras
IDH - M (2000)	0,85	0,77	0,81	0,76
População Total (2005)	21.114	5.906	2.403	4.229
%População Rural (2005)	14,59	58,69	62,88	57,25
VAB Total em mil R\$ (2003)	401.875,00	52.282,00	52.543,00	49.396,00
%VABAgropecuária (2003)	10,80	29,81	54,69	65,53
PIB <i>per capita</i> em R\$ (2003)	20.776,00	9.454,00	20.297,00	11.016,00
Área média dos estabelecimentos	23,19	22,79	14,11	19,66
Renda Total em R\$ *	26.969,50	12.914,83	18.911,28	11.033,12
Renda Agrícola em R\$ *	14.853,28	6.610,55	12.047,52	8.081,40
Renda Atividades Não-agrícolas em %**	20,83	18,11	17,15	6,55
% de famílias pluriativas	59,32	41,94	46,55	28,81
Renda Transferências Sociais em % **	19,90	25,89	15,64	15,10
Nº médio de pessoas por família	4,59	3,87	4,45	4,02

Fonte: PNUD *et al.*, 2000; IBGE, 1998; FEE, 2006; AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

\* Valores médios por estabelecimento.

\*\* Proporção sobre a renda total

Pode-se observar que Veranópolis apresenta o maior IDH (0,85) e os maiores valores de renda agrícola (R\$ 14.853,28) e total (R\$ 26.969,50). Também o mais elevado número de famílias exercendo atividades não-agrícolas (59,32%), o que é fruto da diversidade e dinamismo econômico presente nesta localidade. No oposto das condições socioeconômicas estão Morro Redondo e Três Palmeiras alternando posições. Enquanto Três

Palmeiras apresenta o menor índice de IDH (0,76) e a menor renda total (R\$ 11.033,12), Morro Redondo dispõe da menor renda agrícola (R\$ 6.610,55) e é onde a renda da previdência social assume maior importância relativa (25,89%), resultado das escassas possibilidades de diversificação. São nestes dois municípios que a vulnerabilidade social é mais acentuada. Salvador das Missões possui índices semelhantes aos de Veranópolis, e intermediários entre todos os municípios pesquisados, como, por exemplo, no que concerne ao IDH (0,81) e a renda total (R\$ 18.911,28). Destaca-se ainda, elucidando o caráter eminentemente agrícola de Salvador das Missões e Três Palmeiras, a porcentagem do VAB agropecuário sobre o VAB total, cujos valores são respectivamente, 54,69% e 65,53%.

Quanto à metodologia do cálculo do autoconsumo, é mister destacar que este é definido neste trabalho como a parcela da produção animal, vegetal e transformação caseira<sup>4</sup> produzida pela unidade familiar e consumida por esta. A esta produção foi atribuído o preço de venda, ou seja, o preço caso os agricultores vendessem estes produtos.<sup>5</sup> A atribuição deste valor, e não o preço de compra, deve-se a duas razões. Primeiro, como ressaltaram Sacco dos Anjos *et al.* (2004), há uma grande variação de preços de compra (preços ao consumidor) e esta disparidade se potencializa quando se tratam de municípios distintos e distantes geograficamente, como é caso nesta pesquisa. Segundo, a pesquisa a qual se insere este trabalho tinha como objetivo identificar as diferentes fontes de renda das unidades familiares e, deste modo, se utilizado o preço de compra estar-se-ia superestimando a proporção do autoconsumo sobre e a própria renda total das famílias rurais.

Diferenciados quanto à origem animal e vegetal, multiplicou-se a quantidade consumida de alimentos pelo preço de venda, obtendo-se o produto bruto de autoconsumo animal e vegetal. O somatório destes

---

<sup>4</sup> Embora a transformação caseira esteja presente na definição de produção para autoconsumo, esta não foi contabilizada no produto bruto de autoconsumo total em virtude de uma limitação do questionário que não permitia a separação da matéria-prima consumida diretamente pela família daquela utilizada para a produção de derivados.

<sup>5</sup> Esta opção difere da metodologia proposta por Garcia Jr. (1989) que sugere os preços de compra (preços ao consumidor). O objetivo da obra de Garcia Jr. (1989) era demonstrar que inseridos numa dinâmica capitalista, os camponeses também eram guiados por uma racionalidade econômica. Segundo o autor, os agricultores realizavam um cálculo para saber se era mais vantajoso plantar cultivos comerciais ou para o autoconsumo. Se os preços destes fossem de tal ordem que produzindo lavouras comerciais, com o mesmo trabalho despendido, pudessem fazer frente às demandas alimentares da família, a opção seria pela produção comercial e não pelo autoconsumo. Por lançar mão deste cálculo é que a produção para o autoconsumo teria que ser balizada pelo preço ao consumidor, evidenciando o quanto a família gastaria comprando os alimentos necessários.

resultou no produto bruto de autoconsumo total e compôs a renda agrícola e total. Segundo Gazolla (2004), há dificuldades para calcular o valor monetário líquido da produção para autoconsumo em decorrência de não ser possível isolar, de forma exata, as despesas que incorrem sobre esta produção daquelas destinadas à venda.

### **3. Autoconsumo e produção de autonomia**

Como apresentado na introdução, o processo de mercantilização e externalização da agricultura tem estimulado as unidades familiares produzirem cada vez mais para o mercado e se especializarem em alguma cultura que propicie rendimento monetário. Neste contexto, algumas famílias rurais optam por minimizar ou não produzir mais para o autoconsumo, realizando estas necessidades também via mercado. Outras permanecem recorrendo, embora em graus variados. De modo geral, isto tem tornado a reprodução social das unidades familiares dependente das relações mercantis e vulnerável.

Esta seção visa discutir como a manutenção da produção para o autoconsumo pode minimizar a vulnerabilidade e/ou contribuir para a autonomia da agricultura familiar. Apresentam-se sete funções que o autoconsumo desempenha para esta categoria social e argumenta-se que, em virtude destes papéis, esta prática pode ser considerada um dos fatores explicativos da condição socioeconômica das unidades familiares e de sua autonomia.

Antes de detalhar cada uma destas funções, é relevante destacar que a produção para autoconsumo foi encontrada em todos os estabelecimentos investigados nesta pesquisa (238) e respondia por valores monetários importantes para as famílias rurais. A Tabela 02 apresenta os valores do produto bruto de autoconsumo diferenciados quanto à origem (vegetal e animal) e o total nos municípios pesquisados.

Tabela 02: Produto Bruto de autoconsumo animal, vegetal e total (valor médio anual em R\$) nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Produto Bruto do Autoconsumo médio anual em Reais (R\$) e porcentagem (%)				
	Vegetal		Animal		Total
	R\$	%	R\$	%	
Veranópolis	2.414,17	56,04	1.894,31	43,96	4.308,08
Morro Redondo	1.081,39	50,04	1.079,66	49,96	2.161,05
Salvador das Missões	2.026,01	47,97	2.197,87	52,03	4.223,88
Três Palmeiras	1.425,48	47,11	1.600,00	52,89	3.026,02
Total	1.736,76	50,63	1.692,96	49,37	3.430,02

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

Verifica-se que se trata de valores expressivos, alcançando o valor total anual médio de R\$ 4.308,08 em Veranópolis, R\$ 2.161,05 em Morro Redondo, R\$ 4.223,08 em Salvador das Missões e em Três Palmeiras, R\$ 3.026,02. Observa-se que há diferenças expressivas entre os municípios. Chama a atenção, por exemplo, o fato de Morro Redondo apresentar um produto bruto de autoconsumo total médio correspondente a 50,16% de Veranópolis.<sup>6</sup> Seja como for, em todos os universos pesquisados, a produção para autoconsumo exerce funções importantes para a agricultura familiar, como será debatido a seguir.

### 3.1 Autoconsumo, internalização e segurança alimentar

<sup>6</sup> Estas diferenças devem-se a vários fatores, que, devido ao objetivo deste artigo, não serão discutidas, apenas citadas: as características das famílias (número de membros, consumidores, UTH's), as condições técnicas de produção (área média, assistência técnica, crédito, etc.), tipos de cultivos e produção agropecuária praticada, diferentes fontes de renda, o repertório cultural das famílias e municípios, o contexto local, etc. Ver Grisa (2007).

Do jeito que está indo as coisas, com a seca, os custos altos, eu acho que teria muita gente passando fome se não produzisse nem os alimentos. Porque o trigo agora se foi com a geadada. A soja, os três últimos anos praticamente não deu safra. Com o que eles vão comprar se não tivessem em casa? (I 09, SM).

Diferentemente da reprodução dependente do mercado, que preconiza a externalização de etapas do processo produtivo, a reprodução relativamente autônoma busca reproduzir-se a partir de ciclos precedentes e da internalização de recursos e tarefas (Ploeg, 1990; 1992). As unidades familiares buscam potencializar seu controle sobre o processo produtivo. Neste sentido, a produção para o autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma das necessidades principais para a reprodução social, a alimentação. Os alimentos seguem direto da unidade de produção (lavoura) para a unidade de consumo (casa), sem nenhum processo de intermediação que os tornem valor de troca. Conforme relatou um informante: “Quando a gente quer não precisa ir no super [mercado] pegar, já tem em casa” (I 38, MR). Segundo Garcia Jr. (1989, p. 127), ao autoconsumir, a unidade familiar, “[...] diminui o tempo em que estão expostas à flutuação dos preços pagos ao consumidor, reduzindo os momentos em que são apenas compradoras”. Ou seja, diminuem a exposição e desproteção frente aos mercados, a sua vulnerabilidade.

Através da Figura 02, que apresenta a proporção do Produto Bruto de Autoconsumo Total sobre o Produto Bruto Total, evidencia-se que entre 25 e 30% do que é produzido nos estabelecimentos permanece nestes para o consumo da família. As diferenças entre municípios decorrem dos valores do produto bruto total e das proporções do produto bruto de venda total. Em Veranópolis e Salvador das Missões, cujos valores do autoconsumo são 29,39% e 28,82%, respectivamente, embora as unidades familiares produzam mais para o seu consumo (Tabela 02), o produto bruto total é mais elevado, diluindo a importância desta produção. Em Morro Redondo (25,5%), em função da dinâmica local, os agricultores estão diminuindo a produção agrícola, inclusive para o autoconsumo, e, assim, justifica-se o valor baixo. Em Três Palmeiras (31,8%), as famílias produzem mais para o consumo familiar, *vis-à-vis* Morro Redondo, e apresentam menor produto bruto total que Salvador das Missões e Veranópolis, contribuindo para concentrar a importância do autoconsumo.

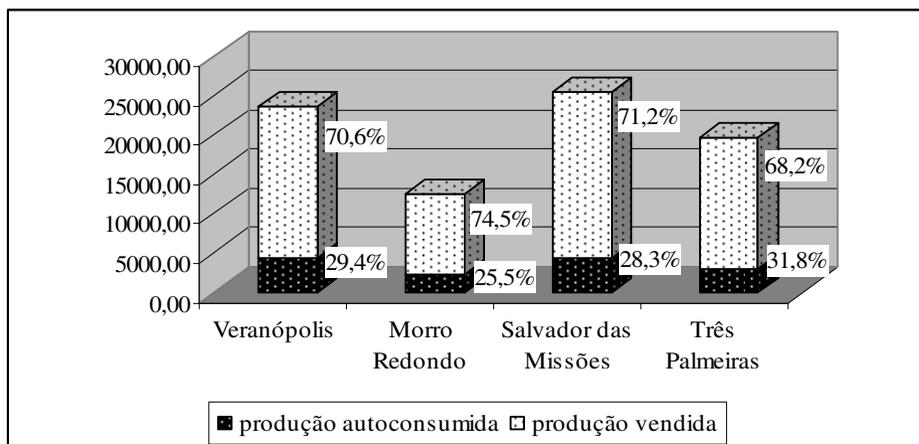


Figura 02: Proporção do Produto Bruto de Autoconsumo Total e de Venda (%) em relação ao Produto Bruto Total (R\$), nos municípios pesquisados.

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

Além do acesso e da disponibilidade de alimentos, ao manter interna à família a atribuição de produzir a própria alimentação, assevera-se outros princípios da segurança alimentar como a adequação aos hábitos alimentares locais e a qualidade dos alimentos, este último frequentemente citado pelas famílias, sobretudo em Veranópolis, Salvador das Missões e Três Palmeiras. Em Morro Redondo esta preocupação foi percebida em menor intensidade, quiçá em decorrência da produção para o autoconsumo ser menos valorizada e do consumo mais freqüente de alimentos comprados.

Desfrutar de alimentos “sem venenos” e saber o que está consumindo são algumas das principais justificativas para a existência do autoconsumo nos estabelecimentos. Os alimentos comprados parecem não ser confiáveis quanto a este critério, mesmo adotando medidas profiláticas (lavar e descascar). Para garantir a qualidade e a sanidade, a produção destinada ao autoconsumo geralmente é isenta de agrotóxicos e outros produtos químicos e utiliza esterco animal, cinzas, restos de alimentos e outros materiais que não comprometem a salubridade. Além de fortalecer a

base endógena de recursos, este procedimento promove manejos mais sustentáveis através da utilização e reciclagem de recursos disponíveis localmente, sem agredir o meio ambiente, a capacidade futura de produção e consumo, e sem comprometer a condição socioeconômica da família, antes pelo contrário, fortalecendo-a ainda mais.

Em relação à diversidade cultural, o autoconsumo é uma forma de produção em consonância com as preferências alimentares, práticas de preparo e consumo das comunidades locais. Também serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos(as), em sinergia com as condições socioambientais e a própria história local. Como mencionaram Maluf, Menezes e Marques (2001, p. 18), “São estas tradições, peculiares a cada grupo social, que permitem às pessoas se reconhecerem como integrantes do mesmo tecido social.”

É mister considerar que, geralmente, em termos quantitativos a produção para o autoconsumo não satisfaz de modo suficiente à demanda alimentar e, como apontou Norder (2004), pode ser deficiente em relação a determinados nutrientes, o que em parte decorre da sazonalidade, dificuldades de cultivo e aos próprios hábitos alimentares.<sup>7</sup> Todavia, o mesmo autor evidenciou que as famílias rurais que apresentam melhor adequação nutricional são aquelas cujos índices do autoconsumo são mais elevados. Em outros termos, ainda que esta produção possa não atender de modo suficiente o critério da qualidade nutricional, ratifica-se sua relevância para a segurança alimentar.

Deste modo, pode-se afirmar que a produção para o autoconsumo, em todos os universos sociais pesquisados (mesmo com as diferenças encontradas), é um importante componente para garantir a segurança alimentar das famílias rurais, e, por conseguinte a autonomia. Além de ter “pra comer”, as unidades familiares têm a segurança de que “sempre tem em casa” (I 22, TP), “não precisa compra” (I 08, SM), e a “gente sabe o que come” (I 07, SM).

### **3.2 Autoconsumo e diversificação dos meios de vida**

---

<sup>7</sup> Em relação à quantidade e qualidade nutricional, os dados coletados para este trabalho não fornecem informações suficientes para uma avaliação adequada. Os alimentos provenientes da horta, pomar e criação animal não foram contabilizados em quantidades, apenas em valores monetários.

[...] se eu não colho de uma, eu colho de outra, porque perder tudo, se tu planta mais coisas, já é mais difícil, eu acho. (I 09, SM).

Segundo Ploeg (2006a), o regime sócio-técnico dominante, o mesmo preconizado na modernização da agricultura, torna o processo produtivo cada vez mais dependente do mercado, cada vez mais concentrado a um limitado número de agricultores, com custos de produção crescentes (necessidade constante de adotar e renovar tecnologias) e redução nas margens de lucro (por unidade de produto final, animal e hectare)<sup>8</sup>. Aumentar a escala e se especializar tornam-se um dos critérios para o desenvolvimento da agricultura. No entanto, especialização produtiva e vulnerabilidade são dois termos que constantemente caminham juntos. No caso da especialização e da mercantilização da agricultura, as famílias ficam expostas aos mercados e as relações por ele estabelecidas, e carecem de meios para se resguardarem.

Sentindo esta fragilidade, muitas unidades familiares têm procurado diversificar os meios de vida, ou seja, têm procurado desenvolver várias atividades e possuir múltiplos ativos<sup>9</sup> que lhes possibilitem sobreviver e melhorar o padrão de vida (Ellis, 1998; 2000). E produzir para o autoconsumo é uma destas atividades.

Em Salvador das Missões e Três Palmeiras, municípios cingidos pelo binômio soja-trigo, muitas famílias têm procurado diversificar a produção, retomar e intensificar a produção para autoconsumo. A diversificação e a produção para o autoconsumo, nestes casos, surgem como resposta a uma situação de crise e insegurança, como uma “necessidade e reação” conforme classifica Ellis (1998; 2000). Trata-se de estratégias que visam aumentar a autonomia e minimizar a vulnerabilidade advinda da mercantilização e externalização acentuada convivida nestas

---

<sup>8</sup> O aumento expressivo das despesas em relação ao valor da produção também pode ser denominado de “squeeze da agricultura” (Ploeg, 2006a). Segundo dados da pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003), o consumo intermediário (custos e despesas de produção) representou sobre o produto bruto total, no ano agrícola pesquisado, 31,78%, 40,04%, 43,62% e 46,68% respectivamente em Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras. Significa que, em média, em torno de 40% de tudo que é produzido no estabelecimento fica comprometido com o pagamento de custos de produção e manutenção.

<sup>9</sup> Ativos são compreendidos como estoques de capitais usados para gerar meios de sobrevivência ou sustentar o bem estar. Estes são fundamentais para as unidades familiares diversificarem suas fontes de ingresso. Os capitais podem ser classificados em cinco tipos: natural (referente à base de recursos naturais disponíveis – água, terra, etc.); físico (bens gerados pelos processos de produção – ferramentas, máquinas, etc.); financeiro (estoque de dinheiro que pode ser acessado – poupança, crédito); humano (nível educacional e padrão de saúde) e; social (estrutura social e associações que o indivíduo participa e que lhe dá suporte) (Ellis, 2000).

regiões. Ademais, em anos recentes, estas regiões foram atingidas por intempéries climáticas (secas) que assolaram o Rio Grande do Sul, o que acentuou a vulnerabilidade social.

Mesmo que não monetária, o autoconsumo constitui uma importante fonte de renda, e, assim, auxilia na estabilidade socioeconômica das unidades familiares expostas às oscilações das culturas comerciais e falhas nas rendas, intensificando o controle sobre o processo produtivo. Segundo Leite (2004), a produção para o consumo familiar confere um efeito anticíclico, compensando as épocas de baixos rendimentos monetários nos estabelecimentos e as variações destes ao longo do ano, o que proporciona uma renda total mais constante. É, portanto, um importante “instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil” (Maluf; Menezes; Marques, 2001, p. 8).

Manter uma produção diversificada e garantir a produção para o consumo familiar também permite investir na propriedade. Trata-se, então, de uma estratégia de acumulação ou “de escolha e adaptação”, como definiu Ellis (1998; 2000). Neste caso, organiza-se a propriedade de modo que uma fonte de renda, por exemplo a oriunda da produção leiteira, é destinada ao pagamento das despesas ordinais (energia elétrica, combustível, etc.); a produção para o autoconsumo faz frente às demandas alimentares da família; e com outra renda, derivada da produção de soja, outro exemplo, é possível investir na propriedade e acumular, comprar mais terras.<sup>10</sup> Deste modo, as necessidades da unidade familiar são contempladas e garante-se a autonomia.

Independente da diversificação resultar de uma “reação/necessidade” ou “escolha/adaptação”, o autoconsumo é sempre uma estratégia importante, observada em todos os universos empíricos pesquisados, ora contribuindo para a estabilidade socioeconômica e

---

<sup>10</sup> O depoimento elucida o exposto: “As miudezas [autoconsumo], a gente não pode deixar de plantar. Olha que tem um custo pra comprar tudo. Que nem nossos vizinhos, produziram leite e disseram - com o leite eu compro isto, compro aquilo - não plantaram nem feijão mais pro gasto. Isto não tem, tu tira o leite, não te sobra nada. Assim não, tu tem o leite e todas as miudezas, sempre sobra um pouco do leite, senão não. A gente abastece trator, os carros, paga luz, tudo com o dinheiro do leite. Daí o dinheiro da lavoura vai pra investir: nós temos uma filha em Chapecó, demos casa; meu filho tem 21 anos, já tem 18 hectares de terra. (I 25, TP).

manutenção das unidades familiares, ora permitindo melhorias na qualidade de vida e infra-estruturas.

### 3.3 Autoconsumo e economização

Pra mim é melhor produzir do que comprar. Porque a minha renda, às vezes, é só um salário da venda do leite, daí já tem a luz, água, as despesas da casa, às vezes tem um adubo, coisas pra comprar. Se eu começar comprar muita coisa pra comer, daí sobra pouco e, assim, às vezes me sobra a metade ou mais da renda do leite. Daí ali já dá um dinheiro que eu não preciso gastar. (I 23, TP)

Utiliza-se a expressão “economização”, referida por Lovisolo (1989), para demonstrar mais uma função do autoconsumo e sua importância para a condição socioeconômica da agricultura familiar. Segundo o autor, este termo refere-se à forma de aproveitar o tempo e a força de trabalho ociosos do estabelecimento produzindo para o consumo familiar, e também ao fato de, ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente com a compra dos mesmos nos mercados (Lovisolo, 1989).

Ambas as formas de economização foram evidenciadas nos universos empíricos e utilizadas como justificativas para existência do autoconsumo, especialmente a segunda. As famílias produzem para o consumo familiar porque “[...] a gente tem terra, tempo, tem tudo de sobra, então é só plantar, só ter vontade” (I 38, MR), e “[...] porque ir comprar é mais caro do que ir produzir.” (I 32, V). Maximizam-se os recursos disponíveis da unidade familiar, sobretudo terra e força de trabalho, e ainda em uma produção que proporciona economia, evitando a compra de parte da alimentação necessária ao grupo familiar.

Economizando o valor equivalente à compra de alimentos, as unidades familiares podem utilizar este recurso para outras necessidades. Segundo Woortmann (1978, p. 114), “[...] realizando seu consumo alimentar em boa medida pela produção própria, o pequeno lavrador aumenta as possibilidades de realização, pela via do mercado, de outras fontes de consumo, não menos importantes para sua reprodução como ser social.” O pagamento de muitas despesas (água, telefone, energia elétrica, etc.) ou até mesmo o acesso a outros alimentos poderia ficar comprometido ou

restrito, caso a unidade familiar tivesse que adquirir toda sua alimentação em mercados.

Na Tabela 03 evidencia-se que, em média, 28,88% do produto bruto total e 27,24% da renda total decorrem da produção para o autoconsumo, contribuindo significativamente para a condição econômica das famílias. Em Três Palmeiras e Morro Redondo, casos mais expressivos, as unidades familiares deixam de gastar, respectivamente, 38,34 % e 32,01% da renda total anual com a aquisição de alimentos nos mercados. A relevância do autoconsumo é acentuada se observado que a proporção desta produção no produto bruto total (31,80% e 25,50%, respectivamente) é inferior quando na renda total (38,34% e 32,01%, sucessivamente), onde estão descontados os custos de produção e somados as outras possíveis rendas. Em Salvador das Missões e Veranópolis, as porcentagens em relação à renda total anual são menores, resultado desta ser mais elevada comparativamente aos demais municípios (Tabela 01), fato que dilui a importância relativa do autoconsumo.

Tabela 03: Proporção do produto bruto de autoconsumo total sobre o produto bruto total, a renda total anual e o custo da cesta básica nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Proporção do produto bruto do autoconsumo (%) sobre		
	produto bruto total anual	renda total anual	custo da cesta básica
Veranópolis	29,39	21,87	68,31
Morro Redondo	25,50	32,01	42,67
Salvador das Missões	28,82	16,73	69,09
Três Palmeiras	31,80	38,34	54,22
Total	28,88	27,24	58,33

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPeI/CNPq (2003); DIEESE (2006).

A Tabela 03 também permite comparar o valor monetário do produto bruto de autoconsumo total por consumidor<sup>11</sup> com custo médio da

<sup>11</sup> Uma unidade consumidor equivale a um indivíduo com idade superior a nove anos, e crianças até nove anos contabiliza meia unidade consumidor, segundo metodologia empregada por Tavares dos Santos (1984).

cesta básica no ano agrícola da pesquisa (R\$ 132,21)<sup>12</sup>. Este procedimento possibilita confrontar a renda da produção “pro gasto” com o valor monetário necessário para alimentar um indivíduo em idade adulta, embora desconsiderando o balanço nutricional. Em Veranópolis e Salvador das Missões, onde o autoconsumo é uma estratégia mais valorizada pelas unidades familiares, este responde, aproximadamente, a 70% do custo da cesta básica. As unidades familiares deixaram de gastar em torno de R\$ 90,00 por mês com alimentação. Morro Redondo e Três Palmeiras apresentam valores inferiores, 42,67% e 54,22% respectivamente, mas nem por isso menos importante. Não obstante as diferenças, percebe-se mais uma vez, nos quatro municípios investigados, o potencial do autoabastecimento alimentar para a autonomia da agricultura familiar.

Outra forma de demonstrar a importância socioeconômica do autoconsumo consiste em relacionar essa produção com uma linha de pobreza, como procederam Leite (2004), Norder (1998) e Hoffmann (1995). Esta linha de pobreza equivalente a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo<sup>13</sup> *per capita*, contraposta ao rendimento líquido *per capita* (renda total) “com” e “sem” autoconsumo, determinará famílias abaixo da linha da pobreza (pobres) e famílias consideradas não-pobres. Conforme a Tabela 04, quando comparado o valor do salário mínimo com a renda total “sem” o autoconsumo, em média 23,5% dos estabelecimentos situam-se abaixo da linha da pobreza, considerados, portanto, pobres. Em Veranópolis é encontrado o menor número de estabelecimentos (6,8%) abaixo desta linha e em Três Palmeiras encontra-se o maior (37,3%), confluindo com a breve caracterização realizada anteriormente dos mesmos. Estes percentuais alteram-se quando se adiciona o valor do produto bruto de autoconsumo total. Respectivamente 22,0% e 15,5% dos estabelecimentos deixaram a linha da pobreza em Três Palmeiras e Salvador das Missões, casos mais emblemáticos, tendência esta também identificada nos trabalhos de Leite (2004) e Norder (1998).

---

<sup>12</sup> Tomou-se como referência o custo da cesta básica para a capital do Rio Grande do Sul, segundo valores divulgados pelo DIEESE. Deve-se considerar que o custo da cesta básica em Porto Alegre é um dos mais elevados do país, podendo subestimar o valor da produção para o autoconsumo. Outro fator que pode contribuir para a subestimação é o fato do autoconsumo estar sendo mensurado pelo preço de venda dos alimentos, enquanto a cesta básica considera os preços de compra.

Tabela 04: Nível de pobreza diferenciado pela presença do produto bruto de autoconsumo total nos estabelecimentos e nos municípios pesquisados.

Município	Nível de pobreza			
	sem autoconsumo		com autoconsumo	
	< 0,5 SMm*	> 0,5 SMm	< 0,5 SMm	> 0,5 SMm
Veranópolis	06,8	93,2	03,4	96,6
Morro Redondo	27,4	72,6	14,5	85,5
Salvador das Missões	22,4	77,6	06,9	93,1
Três Palmeiras	37,3	62,7	15,3	84,7
Total	23,5	76,5	10,1	89,9

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPeI/CNPq (2003).

\* SMm: salário mínimo.

Embora a problemática da pobreza não seja resolvida simplesmente aumentando alguns algarismos acima de uma linha imaginária, estes resultados apontam para a relevância do autoconsumo. Frequentemente esquecida nas estatísticas oficiais e nas políticas públicas, a produção “pro gasto” cumpre um importante papel no combate à pobreza. Produzir para consumo familiar é uma estratégia dos agricultores familiares para aumentar a qualidade de vida e a condição socioeconômica, estratégia que não está disponível para muitos outros segmentos sociais em situação de pobreza (Norder, 1998).

### 3.4 Autoconsumo e co-produção

[...] aqui tudo se aproveita (I 42, MR).

Segundo Ploeg (2006a), durante a segunda metade do século XX, a relação entre processo produtivo e ecossistemas foi desconectada. Homem e natureza se afastaram. Recursos antes derivados da natureza, reproduzidos e melhorados pelo processo de produção agrícola, foram crescentemente externalizados e substituídos por artefatos construídos e comercializados por agroindústrias, que cada vez mais prescrevem e

<sup>13</sup> No ano agrícola da pesquisa (set./ago.2002), o salário mínimo (SMm) nacional variou de R\$

governam o processo produtivo. Ampliou-se o grau de mercantilização e emergiram novas relações de dependência. De encontro a este contexto, algumas iniciativas têm buscado a reconexão da agricultura com a natureza ou a co-produção (Ploeg, 2006).

Argumenta-se, nesta seção, que o autoconsumo é uma forma de produção que estabelece ou retoma esta co-produção, ou seja, utiliza os recursos disponíveis no estabelecimento e, ao mesmo tempo, os fortalece e recria para os ciclos futuros, contribuindo, assim, para a autonomia das unidades familiares.

Conforme Santos e Ferrante (2003), uma característica importante da produção vegetal para o autoconsumo é que ela geralmente utiliza resíduos da produção agrícola e animal (palhadas, estercos, etc.) e recursos oferecidos pelo próprio ambiente (fertilidade natural do solo, por exemplo), otimizando assim os recursos disponíveis no lote. Este aproveitamento dos recursos para a produção vegetal “pro gasto” também foi destacado por outros autores (Gazolla, 2004; Norder, 2004) e evidenciada empiricamente nos universos sociais pesquisados, conforme depoimento: “Tudo, esterco das vacas, o lixo caseiro, a erva-mate, os restinhos, tudo, ajunto num pote depois misturo com esterco e vai pra horta.” (I 42, MR). Estas práticas são formas de renovação autônomas da fertilidade do solo e minimização da externalização do processo produtivo.

Se a criação animal (por meio do esterco) beneficia a produção vegetal, esta também contribui com aquela com a produção para autoconsumo “mais que o gasto” (Herédia, 1979) não vendida, que serve como fonte de alimentação. “O que sobra vai para as galinhas, pro porquinho.” (I 09, SM). Os alimentos mais assíduos nesta função são: milho, mandioca, batata-doce, abóbora e cana-de-açúcar. Embora provavelmente não sejam suficientes, “as sobras” constituem uma importante fonte de alimentação para os animais e também servem para reduzir custos de produção. Este aproveitamento sistemático do subproduto da produção agrícola para a alimentação animal e vice-versa no caso do adubo orgânico, também foi denominado por Tepicht de autoconsumo intermediário (Garcia Jr., 1989; 1983).

Outros recursos locais importantes utilizados na produção para o autoconsumo referem-se às sementes e ao saber-fazer. As sementes geralmente são procedentes dos ciclos produtivos anteriores. Há o cuidado

de coletar, selecionar e armazenar as sementes das quais depende a produção futura. Segundo Herédia (1979, p. 58), “[...] os pequenos produtores preferem utilizar as sementes provenientes da própria colheita, não apenas pela economia que isto implica, mas também porque dessa forma têm certeza de haver realizado uma seleção cuidadosa das melhores.”

Quanto ao saber-fazer, o autoconsumo é uma forma de produção que utiliza o conhecimento e a experiência acumulada ao longo de gerações. É um tipo de produção aprendido com o pai e mãe, “desde nova, de vê o pai e mãe trabalhar” (I 28, V), e com o grupo social pertencente. Há um “corpo do saber” que antecede a produção propriamente, como denominou Woortmann e Woortman (1997, p. 13). A posse deste “corpo do saber” é um dos fatores que permite que o atendimento das necessidades alimentares da família seja saciado em grande medida por ela mesma. Conhecer os potenciais e as limitações, como e quando plantar cada cultura são elementos que permitem à unidade familiar gerir e aproveitar melhor seus recursos.

Deste modo, e percebido de modo semelhante nos universos estudados, a produção para o autoconsumo mantém homem, natureza e trabalho conectados numa forma de co-produção. Utiliza-se os recursos materiais e sociais disponíveis localmente e, ao mesmo tempo, os reproduz, garantindo a existência de ciclos futuros e uma base de recursos autocontrolada, resultando, enfim, em maior controle sobre o processo (re)produtivo.

### **3.5 Autoconsumo e alternatividade**

Ovo, galinha, queijo, estas coisas, se sobra, a gente vende. Estes dias foi levado pra vender oito dúzias de ovos. Então a gente pega em troca, ali no mercado. A gente pega farinha em troca de ovos. (I 28, V)

O autoconsumo também confere autonomia pela marca da alternatividade (também denominada flexibilidade) presente nestes produtos. Para Herédia (1979) e Garcia Jr. (1983; 1989), esta é a característica que certos produtos apresentam de possibilitar tanto o consumo como a transformação destes em valores de troca, conforme a demanda da família, as condições de preço, perecibilidade, etc. Esta possibilidade proporciona maior autonomia à família, que pode utilizar

diferentes estratégias para enfrentar situações adversas ou apoderar-se de momentos propícios, sem comprometer a esfera da alimentação.

Esta flexibilidade entre consumir e vender também foi evidenciada empiricamente nos quatro municípios pesquisados. A produção para o autoconsumo, depois de satisfeitas as necessidades da família, também propicia ingresso financeiro pela venda das “sobras”. Quando há esta produção “mais do que o gasto”, “[...] daí vende. Ovo, queijo, carne, salame, estas coisas.” (I 20, TP). “Ovo, dá umas quatorze dúzias por semana que eu levo pra vender, às vezes dá menos, às vezes dá mais. Daí tem bastante galinha. Vendo aí na vila, por tudo. Até ontem carnei mais uns pra entregar hoje.” (I 23, TP). Geralmente quando a venda é realizada para pequenos estabelecimentos comerciais, o produto é pago com outras mercadorias. “A gente pega em troca ali no mercado. A gente pega farinha em troca dos ovos.” (I 28, V). Não obstante se trate de vendas esporádicas, os recursos obtidos contribuem para a reprodução social da família.

Produtos com a marca da alternatividade também são cultivados com a finalidade de comercialização, mas atendem, ao mesmo tempo, o consumo familiar. Em Salvador das Missões, durante a pesquisa de campo (2006), estava em implementação um quiosque para a venda de produtos da agricultura familiar, envolvendo várias famílias. Este seria um caso emblemático para o exposto. Os produtos antes cultivados em pequenos espaços e apenas para o consumo familiar, passam a ocupar áreas maiores e cuidados necessários a produção de artigos que podem ter destinação comercial, contudo, sem prejudicar o consumo dos mesmos pela família.

Os parreirais e as “chácaras” de pêssego em Veranópolis e Morro Redondo, respectivamente, também são exemplos. Aliás, em Veranópolis todos os produtos comercializados apresentam esta característica. Em Salvador das Missões e Três Palmeiras, há o cultivo da soja, que segundo Woortmann (1978, p.12) “[...] retiraria da produção camponesa sua característica de alternatividade, [...] e colocaria o pequeno produtor na dependência total de um mercado que, com toda a probabilidade, se configuraria como de caráter monopsônico.” Este é o cultivo mais freqüente entre estabelecimentos pesquisados, presente em 50 unidades familiares em Salvador das Missões (de 58 investigadas) e em 45 em Três Palmeiras (de 59 pesquisadas) (Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq, 2003). Em Morro Redondo, a produção de fumo tem sido bem assídua entre as unidades familiares. Soja e fumo são duas culturas que “não tem nada que come, se não vende, aquilo é perdido” (I 43, MR), ou seja, não são culturas

alternativas que apresentam a dupla finalidade, fragilizando, assim, a autonomia de decisão das unidades familiares.

Produzir produtos alternativos para o autoconsumo ou para a venda, constitui-se, então, num “mecanismo de defesa”, conforme mencionou Herédia (1979). A característica da alternatividade, como destacou também Gazolla (2004), proporciona maior autonomia às unidades familiares, que podem acionar este mecanismo para atender o que Cândido (2001) nomeou de mínimo alimentar vital e ainda reverter a produção em recursos monetários, sem comprometer a segurança alimentar.

### **3.6 Autoconsumo e sociabilidade**

Verdura, se a gente não tem e o vizinho tem, a gente pega. Então quando a gente tem, devolve. Da carne, às vezes um mata um animal, então a gente pega um pedaço. Depois quando mata, devolve. Porco também. Eu sempre fiz assim. (I 27, V)

A produção para o autoconsumo também é um importante instrumento para a promoção da sociabilidade. Como observado por alguns autores (Menasche, 2007; Ramos, 2007; Cândido, 2001; Brandão, 1981) e, igualmente, nos universos sociais desta pesquisa, estes alimentos estão presentes em muitos momentos da vida social, como em encontros, festas, *filós* e ainda parte desta produção é destinada a trocas e/ou doações para vizinhos, parentes e amigos.

São comuns no meio rural os encontros de “Clube de Mães” e, nestes, as mulheres sempre “levam um pratinho” de comida – a “merenda”. “Cada uma leva uma coisa e reparte lá para os outros, faz uma integração.” (I 18, SM). Em Veranópolis, Salvador das Missões e Três Palmeiras a presença dos “Clube de Mães” foi confirmada, como também a importância dos alimentos característicos do autoconsumo na “merenda” (biscoitos e bolos caseiros, rapaduras, amendoins, etc.). Em Morro Redondo não existe os Clube de Mães, mas, de modo semelhante, há encontros promovidos pelo órgão de extensão rural em que, uma vez por mês, algumas famílias de uma comunidade ou “colônia” se reúnem.<sup>14</sup> Tal qual o Clube de Mães,

---

<sup>14</sup> Os homens reúnem-se para discutir assuntos ligados à atividade agrícola e as mulheres, em separado, aprendem novas receitas e discutem temas de suas escolhas.

em um determinado momento há uma confraternização, neste caso, oferecida pelo dono da casa. “Aonde é casa, aquela pessoa dá o café. (...) sempre aquelas coisas feitas em casa.” (I 38, MR). E a comida sela o encontro.

Similarmente ocorre com os “filós” ou “serões”. Típicos da cultura italiana e somente encontrados em Veranópolis, estes são encontros, visitas, que um parente, vizinho ou amigo faz a outro, sempre à noite, depois da janta. Em meio a conversas, “sempre tem salame, pão, pinhão no inverno, amendoim, pipoca, brodo (caldo de galinha)” (I 36, V), enfim algo para comer.

Quanto às trocas de alimentos, estas são usuais entre vizinhos e geralmente ocorrem assentadas na reciprocidade, onde há alguma garantia de retribuição: “A gente troca com aquele que tem. Que têm muitos espertos que não plantam porque não querem e depois vem buscar na horta, daí não. Eu primeiro era mais boba, agora não. Agora se a horta dela está vazia, não, nem da horta eu levo.” (I 40, MR). Implicitamente estabelece-se um acordo: “a gente dá alguma coisa, o vizinho retribui com outra.” (I 38, MR). Conforme já apontava Cândido (2001, p. 181), “[...] o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente.”

Se em tempos passados ou alhures, estas trocas possuíam uma utilidade prática<sup>15</sup> e serviam para complementar a dieta alimentar, para os universos estudados estas funções diminuiriam suas relevâncias, permanecendo principalmente como um instrumento de sociabilidade e reciprocidade.

De modo geral, a importância da produção para o autoconsumo nas e as trocas foram percebidas em todos os municípios investigados, porém, de modo mais ameno, em Morro Redondo, onde talvez por conta da diminuição desta produção, o intercambio recíproco de alimentos entre vizinhos tenha arrefecido.

Enquanto as trocas de alimentos característicos do autoconsumo ocorrem principalmente entre vizinhos, as doações dão-se fundamentalmente para parentes e/ou festas de igreja da comunidade local.

---

<sup>15</sup> Por exemplo, quando não havia ainda geladeira e freezer, a família que abatia um animal repartia a carne com os vizinhos, como uma forma de aproveitar ao máximo o consumo desta antes que deteriorasse. Algum tempo depois, outra família abatia outro animal e procedia do mesmo modo. Também a troca de sementes, materiais de plantio e outros alimentos aumentam a diversidade genética, minimizando a influência de efeitos adversos, como observaram Marques *et al.* (2007) e Gazolla (2004).

Muitas unidades familiares possuem alguns de seus membros (comumente filhos/as) residindo nas cidades e são geralmente para estes, o destino dos alimentos. Alguns afirmam a realização do “rancho do mês” na casa dos pais, de onde se leva carnes de vários tipos, conservas, pães, massas, frutas, verduras, etc. “Nós damos pros filhos, olha é queijo, é ovo, é melado, açúcar mascavo, massa, capeleti, e tudo o que sobra mando tudo para os filhos.” (I 29, V).

As doações de alimentos para festas ou alguma outra atividade da comunidade local foram evidenciadas nos quatro municípios. No entanto, de modo mais acentuado em Veranópolis, quiçá pela marcante religiosidade aí encontrada. De modo geral, estas doações podem ocorrer de dois modos. Um, as famílias doam alimentos prontos. Organiza-se a comunidade de modo que algumas famílias doam pães, outras cucas, pudins e até mesmo animais. Outro modo é quando as famílias doam ingredientes para a festa comunitária e alguns membros desta preparam a comida. Aqui, além de produtos característicos do autoconsumo, também são doados aqueles alimentos comprados.

Em termos gerais, a relação entre produção para o autoconsumo e sociabilidade foi percebida em todos os universos sociais pesquisados, com dessemelhanças tênues em suas manifestações. Malgrado estas diferenças, a função do autoconsumo enquanto “fulcro de sociabilidade” permanece. Por meio das trocas, doações, reuniões e encontros com presença de comida e alimentos característicos do autoconsumo, as famílias, mais que alimentos, socializam saberes, experiências e “favores”. Renovam-se os sentimentos comunitários, afirma-se a inserção nesta e dá-se mais solidez a estrutura social, importante componente para a reprodução social e autonomia das unidades familiares.

### **3.7 Autoconsumo e Identidade**

[...] o que é um agricultor? Um produtor de alimentos. Se ele não planta pro próprio consumo dele, então não posso chamar de agricultor. É inconcebível que ele não tenha produção pra autoconsumo. (I 26, TP)

Embora a mercantilização da agricultura e todas as transformações decorrentes destas, a produção para autoconsumo continua sendo um componente relevante da identidade das unidades familiares de produção, do *ethos* de colono (Seyferth, 1991; Tedesco, 1999). Como identificado por

Seyferth (1991) e igualmente observado nos depoimentos, ser colono e produzir para o consumo familiar permanece indissociável: “se é colono tem que fazer isto ali” (I 20, TP). “Porque agricultor, que é agricultor e só planta pra vender e vende pra ir comprar ovos, leite e nata, tudo que come, eu acho que está errado.” (I 09, SM).

Não produzir para o autoconsumo, além de fragilizar a reprodução social, compromete a identidade social de agricultor. Trata-se de algo vergonhoso, como demonstra o informante: “Comprar estas coisas é uma vergonha, o cara morar na agricultura e comprar.” (I 23, TP). Mesmo aquelas unidades familiares que comparativamente produziram valores absolutos menores de autoconsumo, qualificam a não realização desta produção como indigno. Uma maior autonomia alimentar garante legitimidade perante aos demais. Como afirmava Brandão (1981), há orgulho entre as unidades familiares em demonstrar que grande parte do que consomem resulta do próprio esforço sobre a terra.

Quando argüidos da existência de alguma prioridade entre cultivos comerciais e cultivos para autoconsumo, a maioria das unidades familiares respondeu que produzem “[...] primeiro pro consumo. Primeiro fazer pra casa, se sobra vende” (I 22, TP), indo ao encontro da caracterização de colonos realizada por Seyferth (1991)<sup>16</sup>. De acordo com Brandão (1981) e observado empiricamente, é difícil alguma família reconhecer que planta prioritariamente para a venda, mesmo que a produção agrícola e comportamento da unidade familiar levariam a assim supor. Percebe-se mais uma vez que autoconsumo e identidade social caminham juntas.

Esta função do autoconsumo apresentou diferenças tênues entre os universos sociais pesquisados. Em Salvador das Missões expressou-se de forma mais acentuada, transparecendo constantemente nos depoimentos. A inexistência de produção para o consumo familiar é discriminada por todos. Isto talvez resulte da permanência marcante do repertório cultural, referente ao autoconsumo, ainda de colonos, e do trabalho desenvolvido pelos extensionistas da EMATER no fortalecimento desta produção. Morro Redondo foi o município onde este papel foi percebido em menor intensidade. A compra de alimentos neste município é mais freqüente e é interpretada como algo que não afeta a identidade social

---

<sup>16</sup> Segundo Seyferth (1991, p.38), a identidade de colono se caracteriza pelo “[...] trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade, etc.”

de agricultor. Antes disso, é percebida como uma estratégia de maximização econômica em decorrência dos preços baixos dos alimentos no mercado. Nos demais municípios, esta função foi percebida somente quando solicitado e não de forma espontânea como ocorrido no primeiro.

Diferentemente das outras funções do autoconsumo que são fontes de produção de autonomia para a agricultura familiar, a identidade social é resultante desta, nomeadamente da autonomia alimentar. É garantindo a satisfação das necessidades alimentares (ou ao menos de parte) por meio do suor da própria família que a identidade de agricultor é mantida.

#### **4. Considerações finais**

A questão central que permeou este trabalho foi investigar os papéis que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar, tendo em vista a diversidade histórica, sócio-cultural e econômica desta. Para tanto, buscou-se a realização de um estudo comparativo que pudesse dar conta de várias dinâmicas de desenvolvimento desta categoria social e as suas interfaces com o autoabastecimento alimentar.

Observou-se que a produção para autoconsumo é uma forma de internalizar recursos e asseverar a segurança alimentar, diminuindo a exposição da reprodução social às relações do mercado; propicia a diversificação dos meios de vida, ampliando o leque de estratégias sob o qual está assentada a continuidade do grupo familiar e, assim, minimiza a vulnerabilidade; é uma forma de economização na medida em que otimiza a utilização dos fatores de produção (terra e força de trabalho) e dos recursos financeiros; restabelece a co-produção entre homem, natureza e trabalho, potencializando os recursos locais; possibilita atender a demanda alimentar e a realização de valores de troca em virtude da característica da alternatividade; alimenta relações de sociabilidade e reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social e; fortalece a identidade social dos agricultores, conferindo legitimidade e reconhecimento perante os demais.

Todas estas funções foram encontradas nos universos sociais pesquisados, algumas com diferenças tênues e outras de forma mais expressiva em um determinado local. Em alguns, a preocupação com a

ingestão de alimentos saudáveis assume maior importância que em outros, e o mesmo ocorre com a orientação de internalizar recursos e tarefas, com a sociabilidade, a economização, etc. Em que pese estas diferenças, em todos os contextos sociais pesquisados, a produção para o autoconsumo é de suma relevância para a condição socioeconômica e autonomia das famílias rurais, principalmente daquelas situadas em contextos extremamente mercantilizados.

Estes resultados questionam o relativo esquecimento a que tem sido submetida a esfera da produção de alimentos para o consumo da própria família nas políticas de e para o desenvolvimento rural. É mister considerar que o fortalecimento da agricultura familiar demanda, além de políticas agrícolas que fomentam a produção de mercadorias, o fortalecimento e empoderamento da família, de sua cultura, das relações sociais estabelecidas por estas e da valorização do trabalho e produções invisíveis, como é o caso do autoconsumo.

Fortalecer a produção “pro gasto” na agricultura familiar é relevante não apenas por atender às necessidades alimentares das unidades familiares – o que poderia ser suprido também a partir de alimentos comprados –, mas pelo que representa em termos de garantia da segurança alimentar, de incremento na condição socioeconômica, da relação com a cultura, com a identidade social e a sociabilidade. Além de alimentar o corpo, estes produtos nutrem o (ser) agricultor, o (ser) vizinho, o (ser) parente, a sua condição social e autonomia.

## 5. Referências Bibliográficas

BRANDÃO, C.R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. 376 p.

CHAMBERS, R. Poverty and livelihoods: whose reality counts? *Environment and Urbanization*. v. 7, n. 1, p. 173-204, Apr. 1995.

CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974. 342 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Cesta básica nacional*. 2002/2003. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: jun. 2006.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

\_\_\_\_\_. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, p 1-38, Oct. 1998.

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser / RS. *FEE Dados*. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/> Acesso em jul./2006.

GARCIA JR., A.R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.

\_\_\_\_\_. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 82-103.

GRISA, C. *A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2007. 200 f.

HERÉDIA, B.M.A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança e desnutrição no Brasil. *Estudo Avançados*, São Paulo, v.9, n.24, p. 159-72, 1995.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

LEITE, S.P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. *Políticas de seguridad alimentaría y nutrición en América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 123-181.

LOVISOLO, H.R. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989. 231 p.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. *Caderno 'segurança alimentar'*, 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html>>, acessado em: jul. 2006.

MARQUES, F.C. *et al.* Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 154-176.

MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

NORDER, L.A.C. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil*. 2004. 313 p. Tese (Doutorado), Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

\_\_\_\_\_. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. *Cadernos de Debate*, São Paulo, v.6, p. 40-58, 1998.

PLOEG, J.D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

\_\_\_\_\_. Agricultural production in crisis. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. *Handbook of Rural Studies*. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2006a. p. 258-277.

\_\_\_\_\_. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) *Ecología, campesinato y historia*. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-95.

\_\_\_\_\_. *Labor, markets, and agricultural production*. Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

RAMOS, M.O. *A "comida da roça" ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS)*. Porto Alegre: Série

PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2007. 175 f.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas, RS: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SACCO DOS ANJOS, F. *et al.* Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 42, 2004, Cuiabá, MT. Anais... Cuiabá, MT: SOBER, 2004.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. *Da terra nua ao prato cheio*: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003. 116 p.

SCHNEIDER, S. *A dinâmica local e territorial do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul*: um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste. Porto Alegre, 2002. 102 p. (Relatório de pesquisa).

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; DIESEL, V.(Orgs.). *Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2006.189 p.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, p. 31-63, 1991.

TAVARES dos SANTOS, J.V. *Colonos de vinho*: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

TEDESCO, J.C. *Terra, trabalho e família*: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

WOLF, E. *Sociedades camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 147 p.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. *Série antropologia*, Brasília, n. 20, 1978. 114 p.